art. 52, § 1º, alínea "c", da Lei Estadual nº 5.251/1985; art. 1º da Lei nº 8229/2015; art. 1º, inciso VI, alínea "b", do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, Categoria "C" do Decreto nº 1.461/1981 c/c Portaria nº 001/99 - DRH/3; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 20, da Lei Estadual nº 4491/1973, com nova redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/86.

Assunto: Concessão de Reserva Remunerada A Pedido.

Interessado (a): VLADIMIR MEDEIROS DA SILVA

Matricula nº. 3387615/1

Posto ou Graduação: 3º SARGENTO PM

Valor dos Proventos: R\$ 5.042,92

Lotação: 1º Batalhão de Polícia Militar (Belém)

Ordenador: Allan Gomes Moreira

PORTARIA RR Nº 275, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Proc. nº. 2016/147630

Fundamentação: de acordo com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991, combinado com o art. 45, § 9º da Constituição Estadual de 1989, artigos 101, inciso I e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "c", da Lei Estadual nº 5.251/1985; art. 1º da Lei nº 8229/2015; art. 1º, inciso VI, alínea "b", do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, Categoria "C" do Decreto nº 1.461/1981 c/c Portaria nº 001/99 - DRH/3; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 20, da Lei Estadual nº 4491/1973, com nova redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/86.

Assunto: Concessão de Reserva Remunerada A Pedido.

Interessado (a): WALTER FERREIRA PINHEIRO

Matricula nº. 5197465/1

Posto ou Graduação: 3º SARGENTO PM

Valor dos Proventos: R\$ 5.042,92

Lotação: 24º Batalhão de Polícia Militar (Belém)

Ordenador: Allan Gomes Moreira

PORTARIA RR Nº 0257, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Proc. nº. 2016/70161

Fundamentação: de acordo com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991, combinado com o art. 45, § 9º da Constituição Estadual de 1989, artigos 101, inciso I e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "c", da Lei Estadual nº 5.251/1985; art. 1º da Lei nº 8229/2015; art. 1º, inciso VI, alínea "b", do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, Categoria "C" do Decreto nº 1.461/1981 c/c Portaria nº 001/99 - DRH/3; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 20, da Lei Estadual nº 4491/1973, com nova redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/86.

Assunto: Concessão de Reserva Remunerada A Pedido.

Interessado (a): WELLINGTON FEITOSA MESQUITA

Matricula nº. 5046157/1

Posto ou Graduação: 3º SARGENTO PM

Valor dos Proventos: R\$ 5.042,92

Lotação: CCS QCG PMPA (Belém)

Ordenador: Allan Gomes Moreira

Protocolo: 156818

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

PORTARIA Nº 149, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, parágrafo único, V da Constituição Estadual; art. 6º, VIII do Decreto nº 1.604, de 18 de abril de 2005 e art. 6º, XX da Instrução Normativa nº 0008, de 14 de julho de 2005, e objetivando simplificar e reduzir as obrigações tributárias, considerando as informações disponíveis no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

Considerando, ainda, a necessidade de definir e homologar os ajustes indispensáveis à modernização da Secretaria da Fazenda, no que diz respeito à padronização dos procedimentos, objetivando atender às expectativas de integração da Administração Tributária Estadual e, consequentemente, a melhoria do atendimento aos contribuintes e à sociedade,

Resolve:

Art. 1º Instituir no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda grupo de trabalho com o objetivo de promover estudos e propor ações direcionadas à simplificação e redução das obrigações tributárias acessórias, considerando, em especial, as informações compartilhadas disponíveis no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

Art. 2º O Grupo de Trabalho para Simplificação e Redução de Obrigações Tributárias - GT Simplificação, será coordenado por um representante da Diretoria de Fiscalização - DFI, a qual ficará vinculado, tendo a seguinte composição:

I - Altino Nascimento Sampaio mat. 5096936/1 - DFI - Coordenador

II - Emanuel Messias de Sousa mat. 6027154/1 - DAIF

III - Simone Cruz Nobre mat. 5486408/1 - DTR

IV - Eduardo Campos Iketani mat. 5914758/1 - DTI

V - Daughish Sales Alves Franco mat. 5915146/1 - CAFE

VI - Maurício Ricardo dos Santos do Nascimento mat. 5570026/1 - CEEAT-GC

VII - Manoel Anildo Figueira Brasil mat. 54183126/1 - CEEAT-ST

VIII - Amadeu Fadul Teixeira mat. 5279984/1 - CECOMT-MT

IX - Kátia Cristina da Silva Neves mat. 5128331/2 - CERAT Belém

X - Paulo César de Moraes Lima mat. 54191945/1 - IPVA/ITCD Parágrafo único. Em caso de impedimento do coordenador, a coordenação do GT será exercida pelo servidor presente, nominado na sequência dos incisos do caput.

Art. 3º As atividades do GT compreendem:

I - mapear as obrigações tributárias acessórias atualmente exigidas, cujas informações estejam contempladas ou dependam de ajustes no SPED;

II - elaborar propostas de ajustes nas obrigações tributárias acessórias existentes no âmbito estadual e no SPED;

III - integrar e colaborar com os grupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente do ICMS - Cotepe e participar de reuniões e encontros nacionais de interesse do GT Simplificação;

IV - traçar padrões de simplificação de obrigações tributárias acessórias;

V - propor cronograma para adoção de ações de simplificação e/ou redução de obrigações tributárias acessórias a serem implementadas pela SEFA-PA.

1º O GT Simplificação terá o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar o plano de trabalho à Diretoria de Fiscalização - DFI, após a publicação desta portaria.

2º Compete ao coordenador do GT convocar reunião a cada 15 (quinze) dias, sem prejuízo de convocações extraordinárias, para monitorar as ações do GT e apresentar relatório de atividades ao Diretor de Fiscalização, a cada 30 (trinta) dias.

Art. 4º O GT terá duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA

Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo: 157085

PORTARIA Nº 2017330001710, DE 16 DE MARÇO DE 2017

MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.

BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INTERESSADO: FELIPE DOS SANTOS GOMES.

CPF: 516.547.412-72.

MARCA/MODELO: I/NISSAN MARCH 16SL FLEX.

VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$59.990,00.

VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$41.753,63.

PORTARIA Nº 2017330001707, DE 16 DE MARÇO DE 2017

MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.

BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INTERESSADO: GEFERSON OLIVEIRA GUIMARES.

CPF: 946.817.242-20.

MARCA/MODELO: CHEV/PRISMA 10MT JOYE.

VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$44.490,00.

VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$33.003,07.

CONDUTOR(ES) AUTORIZADO(S):

ANTONIO MENDONÇA GUIMARAES CNH: 4458942062

PORTARIA Nº 2017330001719, DE 16 DE MARÇO DE 2017

MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.

BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INTERESSADO: MARIA AMELIA RIBEIRO GOMES.

CPF: 188.097.662-53.

MARCA/MODELO: FIAT/UNO WAY 1.3 DL E.

VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$57.104,00.

VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$40.934,40.

PORTARIA Nº 2017330001713, DE 16 DE MARÇO DE 2017

MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.

BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INTERESSADO: MARILZA ANCELMO DE SOUZA.

CPF: 236.930.102-34.

MARCA/MODELO: CHEV/PRISMA 1.4AT LTZ.

VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$64.690,00.

VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$44.690,00.

PORTARIA Nº 2017330001716, DE 16 DE MARÇO DE 2017

MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.

BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INTERESSADO: VALDEMAR DE SOUSA ALVES.

CPF: 624.907.962-91.

MARCA/MODELO: FIAT/UNO SPORTING DL E.

VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$59.750,00.

VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$43.952,64.

Protocolo: 156856

PORTARIA Nº 606 DE 16 DE MARÇO DE 2017.

A Subsecretária da Administração Tributária, no uso da competência delegada pela Portaria n.º 80-GS/SEFA, de 09/06/2015, publicada no DOE n.º 32.902, de 10/06/2015, e; CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 00033-CS, datado de 15/03/2017, da Comissão Sindicante, constituída pela Portaria n.º 429-GS/SEFA, de 14/04/2016, publicada no D.O.E edição n.º 33.115 de 27/04/2016, no qual solicita a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, e; CONSIDERANDO que este Colegiado Sindicante até a presente fase, está coletando vários tipos de provas, que tornam-se necessárias para que possamos fazer nossa convicção acerca dos fatos em apuração.

R E S O L V E:

PRORROGAR de acordo com o Parágrafo Único do artigo nº 201, da Lei Estadual nº 5.810 de 24/01/1994, por 30 (trinta) dias, a partir de 22/03/2017, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída pela Portaria nº 429-GS/SEFA de 14/04/2016, presidida pela servidora MARIA DA GRAÇA TEIXEIRA LIMA, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional nº 5570255/1.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DA SUBSECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EM, 16 / 03 / 2017.

MARIA RUTE TOSTES DA SILVA

Subsecretária da Administração Tributária

Protocolo: 157142

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA GABINETE DA SUBSECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

PORTARIA N. 601, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

A SUBSECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da competência delegada através da Portaria n. 80-GS/SEFA de 09/06/2015, publicada no D.O.E. n. 32.902, de 10/06/2015; e Considerando o processo n. 002017730004710-3, da Corregedoria Fazendária-COFAZ.

RESOLVE:

I - DESIGNAR o servidor EDUARDO DE SOUZA DIAS, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional n. 05858062/1, para substituir o servidor JOSÉ TADEU REZENDE BISPO DOS SANTOS, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional n. 5333270/2, na presidência da Comissão de Sindicância Administrativa, instituída através da Portaria n. 201, de 25/01/2017, publicada no Diário Oficial do Estado n. 33.307, de 03/02/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DA SUBSECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EM, 16/03/2017

MARIA RUTE TOSTES DA SILVA

SUBSECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Protocolo: 157217

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 130 DE 01 DE MARÇO DE 2017

Art. 1º Revogar os efeitos da Portaria nº 327 de 14/03/2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.092 de 21/03/2016.

Art. 2º Remover, de ofício, no interesse da Administração Tributária, o servidor GEORGE TAVARES DOS SANTOS, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, Id Func nº 5570050/1, da CECOMT de Itinga para a CECOMT de Mercadorias em Trânsito, para execução de atividade considerada de especial relevância para a Administração Tributária pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar